



REQUERIMENTO PARA AUTORIZAÇÃO DE PEDITÓRIO DE RUA OU ESPETÁCULO PÚBLICO DE BENEFICÊNCIA

nº _____ SM

Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sintra

(nome do requerente) _____,
contribuinte (pessoa coletiva ou singular) nº _____ com sede (ou residência) na (Rua, Av.)
_____ (nº/lote) _____, (andar) _____,
(localidade) _____, (cód. postal) _____ - _____, Freguesia de
_____, com o telefone / telemóvel nº _____, fax
nº _____, e-mail _____ nascido em ____/____/____,
portador do Bilhete de identidade / Cartão de cidadão / Passaporte nº _____ emitido em _____
válido até ____/____/____, vem na qualidade de:

☐ Elemento dos Corpos Gerentes ☐ Mandatário ☐ Empresário em nome Individual

☐ Outro (especificar) _____

Designação da Sociedade (caso aplicável) _____ - _____

NIPC (caso aplicável) _____ Código de acesso à constituição da Sociedade (caso aplicável) _____, requer a
Vª Exª, ao abrigo da alínea d) do nº2 do artº2º do DL 87/99 de 19 de Março, a necessária autorização para: (escolher
opção):

☐ **Realização de peditório de rua:**

☐ Com recurso a pessoal próprio;

☐ Com recurso a pessoal voluntário;

☐ Com contrapartida em bens;

☐ Sem contrapartida em bens;

☐ Com banca.

a realizar entre (datas limite abrangendo um máximo de 7 dias) ____/____/____ e ____/____/____
no local(ais) _____

☐ **Realização de espetáculo público:**

(especificar): _____

a realizar (data) ____/____/____ das ____ h ____ às ____ h ____ em :

☐ Espaço Público;

☐ Imóvel;

(especificar): _____ sito na (Rua, Avª)
_____ (nº/lote) _____, (andar)
_____, (localidade) _____, (cód. postal) _____ -
_____, Freguesia de _____,

tendo em vista a angariação de receitas para (*opção*) :

☐ Socorro de pessoas vítimas de desastres ou calamidade pública; ☐ Outro;

(especificar o fim) _____

[illegible]

[illegible]

ou nº de telefone de valor acrescentado |_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|

O requerente compromete-se, sob compromisso de honra, a cumprir o disposto no artº3º do DL 87/99 de 19 de Março e declara, nos termos da alínea e) do artº12º do Regulamento de Ocupação da Via Pública, Mobiliário Urbano e da Publicidade do Município de Sintra que não é devedor à Câmara Municipal de Sintra de quaisquer dívidas relacionadas com a ocupação do espaço público e/ou publicidade.

Autorizo que as notificações referentes a este pedido sejam efetuadas por Via Eletrônica para o endereço _____@_____

Pede Deferimento,


Sintra, _____ de _____ de 20____

O Requerente,

IMP.PS.01.212.03

Conferi os documentos: *(assinatura legível)*:

Categoria:

| | | |
|--|--|----------------------|
|  | RECIBO DE ENTREGA DE REQUERIMENTO | REG° SM _____ |
| | ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO DE PEDITÓRIO DE RUA / ESPETÁCULO PÚBLICO DE BENEFICÊNCIA <i>(riscar o que não interessa)</i> | |
| Assinatura do Funcionário: _____ | | |
| Categoria: _____ Data: ____/____/____ | | |
| <p style="text-align: center;"> <i>Gabinete de Licenciamento das Atividades Económicas e Gestão de Mercados</i> <i>Rua Dr. Alfredo Costa, 33 - 2714-524 SINTRA</i> <i>Tel: 21 923 8550 Fax: 21 923 8551 e-mail: municipe@cm-sintra.pt</i> </p> | | |

Instruções

Juntar:

- ☐ Exibir Bilhete de Identidade / passaporte, cartão de contribuinte ou cartão do cidadão;
- ☐ Cópia do cartão de contribuinte;
- ☐ Se a angariação tiver lugar em banca, juntar cópia da publicação em DR da Declaração de Utilidade Pública da Instituição, caso exista;
- ☐ Juntar maquete da credenciação do pessoal, em folha A4, a cores.

Notas:

- No caso de **peessoas coletivas** deve ser apresentado documento onde se verifique a legitimidade de quem tem poderes para assinar;
- Na qualidade de **mandatário**, deve juntar procuração;
- Os presentes dados irão ser objeto de tratamento informático, tendo o requerente direito de informação nos termos do nº1 e 2 do artº 10º da Lei 67/98 de 26.10.1998, a qual transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados - Lei da Proteção de Dados Pessoais.

Direito à Informação

- Responsável pelo tratamento → Presidente da Câmara
- Finalidades de tratamento → Tratamento informático do processo do requerente.
- Destinatários ou categorias de destinatários dos dados → serviços municipais interventores no processo.
- As respostas aos dados integrantes no formulário são obrigatórias sob pena de indeferimento do pedido.
- Os dados disponibilizados podem ser acedidos e alterados pelo requerente até despacho por parte do decisor político. Após esse momento qualquer alteração implica apresentação de novo pedido.

Base legal:

- Decreto-lei 87/99 de 17 de Agosto, de que se destaca o artº3º:
- Regulamento de Ocupação da Via Pública, Mobiliário Urbano e da Publicidade do Município de Sintra, aprovado pela Assembleia Municipal de Sintra em 20 de Março de 2001.